



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGINHA
CMSV**

Rua Delfim Moreira, 246, Salas 101 e 102

Centro, Varginha – MG CEP 37002-070

Fone: (35) 3690-2211

Website: www.conselhodesaudedevarginha.org



REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CMSV – 18/05/2021

Ata da Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Varginha (MG), de nº 390, realizada no dia 18 de maio de 2021, por videoconferência, no aplicativo “Google Meet”, conforme Resoluções CMSV 001 (15/03/2021) e 006 (19/05/2020). A reunião teve início às 18h39, com transmissão ao vivo no canal oficial do CMSV do “Youtube”, no link: <https://youtu.be/JcaOx-mncng>. **Conselheiros presentes/segmentos:** Alex Reis Ferreira (Trabalhadores), Brígida de Fátima Batista Gomes (Gestores), Carlos Roberto Braz Junior (Prestadores de Serviços), Célio Ferreira (Trabalhadores), Cláudio Miranda Souza (Usuários), Daniele Caroline Faria Moreira (Trabalhadores), Fanny Fernandes Valias (Usuários), Hudson Lebourg Vasconcelos Batista (Trabalhadores), Leila da Silva Azevedo (Trabalhadores), Luciana Fernandes Ramos (Usuários), Luiz Carlos Coelho (Gestores), Maria Aparecida de Barros Barbosa (Usuários), Pâmela Pereira Cândido (Gestores), Paulo Henrique Pazotti (Usuários), Rogéria Alvarenga Fernandes (Usuários), Talma Alves Ferreira (Usuários), Thaís Corcetti (Usuários) e Valdene Rodrigues Amâncio (Trabalhadores). **Faltas justificadas:** Aparecida I. Furtado de Oliveira (Usuários) e Zelma Romaniello Dominghetti (Usuários). **Convidado:** Iago Martins Chaves (presidente da Comissão Interna Permanente de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde de Alfenas). **Registra-se a presença de:** Jaqueline Paula (coordenadora Diocesana da Pastoral Carcerária). Inaugurados os trabalhos, primeiramente, o presidente Claudio Miranda dá as boas-vindas a todos e inicia a ordem do dia: **1) Informes:** CESMG (Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais), **Conferência e o Plano Municipal de Saúde;** RDQA (Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior); **e CISTT** (Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora). Cláudio pede atenção e responsabilidade aos conselheiros no processamento e leitura de atas. E proclamou a aprovação da ata de nº 389 (de 20/04/2021), pois não houve oposição, nos termos da Deliberação CMSV Nº 003/2020. Cláudio pede que Célio explane sobre a CISTT. Ele comenta que houve a “live” “Rodada de Conversa – Trabalho e Saúde Mental em Tempos de Pandemia”, referente à Saúde Mental do Trabalhador, que substituiu o seminário que seria organizado, conforme plano de trabalho da CISTT. Diz que, apesar do resultado positivo, Célio lamenta a baixa adesão de conselheiros e comissários. Cláudio informa que a “live” está disponível no “Youtube” e que começará a inserir as gravações das reuniões da CISTT, feitas pelo comissário Reinaldo. Menciona que a palestrante, Cleuse Maria Brandão Barleta (doutora em psicologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro), questionou à CISTT sobre a existência de uma análise situacional de mortalidade dos trabalhadores; sobre o mapeamento de trabalhos de risco; e, se há notificações adequadas de acidentes de trabalho - o que dará um norte sobre os trabalhos da Comissão. Menciona ainda que no dia 20/05, às 14h, haverá reunião da Comissão Especial Covid-19, organizada no âmbito da CISTT com as empresas de armazenagem de café, a fim de estimular a prevenção e aplicação dos planos de contingência. Rememora que a Comissão Especial é constituída com o Núcleo de Saúde do Trabalhador, Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Conselho Municipal de Saúde. Informa que os bancos devem ser também convidados para uma reunião semelhante. Seguindo os informes, Cláudio fala sobre o Gabinete de Gestão de Crise para o enfrentamento à Covid-19 e que entende haver descolamento entre a realidade e o que pensa os representantes da saúde e outros atores da administração municipal; e que as consequências vêm depois. Cláudio pontua sobre a necessidade de se realizar a Conferência Municipal de Saúde 2021, devido a obrigação da construção do Plano Municipal de Saúde, que acompanha o Plano Plurianual; que precisam ser feitas esse e ano, e que, devido a posição do Conselho Estadual de Saúde (CESMG) e do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais (COSEMS MG) – Resolução CES-MG Nº 073 de 8 de fevereiro de 2021 e Nota Técnica 01/2021 COSEMS, de 29 de janeiro 2021 – o plano precisaria ser discutido neste primeiro semestre entre a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) e o Conselho Municipal de Saúde. Estamos já no mês de maio e,

até aqui, não houve contato neste sentido, sendo que a recomendação do CESMG é que a Conferência fosse presencial no segundo semestre. Considerando que Luiz Carlos ainda não entrou na reunião (devido estar participando de outra), dá-se prosseguimento na pauta. **2) A Privatização da Saúde Como Desmonte da Reforma Psiquiátrica Brasileira - por Iago Martins Chaves, presidente da Comissão Interna Permanente de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde de Alfenas;** Cláudio fala da importância da data - 18 de maio, apresenta Iago, e comenta a importância da interlocução dos conselhos de saúde da região. Diz que os manicômios estão presentes, mesmo que de outras formas e com outros nomes. Iago apresenta um quadro social em que o “louco” é aquele não considerado um membro produtivo da sociedade e que o manicômio ocupa o destino dos indesejáveis, aonde vão para serem destruídos ou como formas de exploração do seu trabalho, e que, daí se vê, por exemplo, a laborterapia. Lembra que a internação é mais custosa que o tratamento aberto. Rememora que Franco Basaglia (médico/psiquiatra), trata a loucura como reflexo da situação econômica de exclusão e que isso seria nada mais que uma forma de colonialismo. Que esse processo tem uma marca de legitimidade científica feita pela medicina. Pontua que a loucura não separa a doença e absorve todos os indesejáveis; e que acabavam sendo absorvidos pela caridade, e daí vem às Santas Casas. Rememora que Philippe Pinel (considerado o pai da psiquiatria), segundo Michel Foucault (filósofo francês), tinha a ideia de que o fim do manicômio podia ser um simulacro de libertação, pois, surge o problema da inserção do “louco” no laço social. Basaglia então entende que o “louco” tem as mesmas demandas dos membros da classe trabalhadora. Daí houve irrupção do movimento antimanicomial dentro da psiquiatria, pois se entendeu que o meio influi no processo da loucura. Reflete que o discurso racionalista se apresenta inclusive na patologização do sofrimento, tendo a psiquiatria papel descritivo disso. E que o “louco” acaba, pela cronificação, sendo institucionalizado – o que é também um processo de violência, no qual o técnico passa a ser até um instrumento de violência. E que, nesse processo, há um silenciamento dos sujeitos e se reflete em mais patologização. Essas questões se refletem em várias áreas: médica, jurídica e ideológica - fazendo da loucura um meio controle da sociedade. Observa que os técnicos tendem a receber o “louco”, sem observar as demandas sociais trazidas em sua fala. E que hoje o manicômio passa pelo meio de controle psiquiátrico do sujeito. E onde hoje há manicômios se verifica um modelo de sanção, exclusão e patologização. Que o manicômio se apresenta como uma forma de controle sobre o indesejável. Daí a luta antimanicomial vem como uma forma de dar voz a aqueles que sempre foram silenciados. Menciona que isso se reflete na legislação. Mas aponta o enfraquecimento, neste caso. Apresenta o caso de Alfenas, onde toda a técnica é compartimentada, em uma especialização das atividades, o que inviabiliza o vínculo entre os usuários e equipe. E isso atende uma lógica empresarial; é inútil para o usuário, porque corta dele o vínculo e a sua participação no laço social. E que não é com medicalização que se vai resolver a questão das pessoas. Pontua que a manicomialização é possível em serviços pensados de forma inclusiva, que, em tese, não deveriam trabalhar nessa lógica de violência, possibilitada pela fragmentação técnica. Se o conceito de saúde é o bem-estar biopsicossocial, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), isso representa uma limitação de bem-estar a um critério médico, apesar do mal-estar social. E que é importante observar adequadamente o Projeto Terapêutico Singular (PTS). Pontua que organização hierárquica inviabiliza a construção adequada de um PTS; que não é possível Saúde Mental sem SUS (Sistema único de Saúde). Resgata a história da desarticulação dos manicômios e pontua que o modelo brasileiro não impôs o fim dos manicômios, mas que a Lei implicaria isso. Rememora sobre o surgimento das Organizações Sociais (OS), que vem na esteira de uma lógica fiscal liberal e desestatizante, com redução da participação do poder público para a privatização dos serviços. Pontua que, ainda que não visassem lucro, as OSs absorvem cada vez mais o orçamento público. Existe uma discussão se as OSs, nesse modelo, seriam constitucionais, pois a participação privada deveria ser complementar, e não de forma direta e privada do serviço. Menciona que o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), em Alfenas, se posicionou contra a uma flexibilização na Atenção Primária e no CAPS (Centro de Assistência Psicossocial), pela vulnerabilização dos trabalhadores, pela opacidade das despesas. Destaca que há experiências com terceirização na administração, por exemplo, em cidades como Belo Horizonte e Barbacena, mas pontua que, inclusive em Alfenas, as OSs afirmam que não são responsáveis pelas políticas públicas, apesar de ter sido extinta a coordenação de Saúde Mental. Também rememora sobre a expansão das comunidades terapêuticas, com uma lógica moralista e segregacionista sobre a questão das drogas, nessa toada que os consultórios na rua não foram implementados. Observa que a nova gestão pensa em trazer um CAPSAd (álcool e drogas). E explica que o Conselho Municipal de Saúde de Alfenas recebeu denúncias do Fórum Mineiro de Saúde Mental, sobre supostos abusos com usuários e trabalhadores, daí

constituíram a Comissão de Saúde Mental, com reunião semanal, ouvindo trabalhadores e usuários. A partir desta fala densa e profunda, Claudio comenta que fica uma reflexão a ser elaborada, como nesse exemplo de Alfenas - onde ninguém é responsável pelo serviço, nem a OS e nem o município, daí não há uma política pública e sim um abate de gado. Não existe prática sem teoria, e quando a prática é diferente da teoria, é porque a teoria é ruim. Pensa nas dificuldades ante a indução das políticas públicas, pelo financiamento, e como esse financiamento pode facilitar esse tipo de desarticulação e como é difícil lidar com essas circunstâncias. Após o comentário, Claudio passa a palavra a Valdene. Ela agradece a Iago, que foi seu aluno. Menciona como esses últimos anos foram os piores da Saúde Mental, com coordenadores nacionais claramente manicomiais. Questiona qual o futuro da Atenção Psicossocial em Varginha. Fala sobre os leitos em hospital geral; no Bom Pastor - que há 30 anos são pedidos; que internações em Três Pontas são brevíssimas e há piora no quadro dos usuários, e que, o retorno, muitas vezes atende um critério de financiamento. Coloca que a demanda é por CAPS de porte III e não um AD. Que os CAPS no Sul de Minas viraram grandes ambulatorios. E que, por essas coisas, o 18 de maio é um dia de luta e não de comemoração. A situação é muito grave. Diz que o Conselho de Saúde - que sempre esteve junto, precisa se debruçar sobre essas discussões. Menciona que há um médico clínico no CAPS, enquanto a loucura deveria ir também à Atenção Primária. Fez denúncia no ano passado sobre uma usuária que estava em situação de rua. E que, por não poder ficar com o companheiro, ficou na rua; que a usuária ficou dormindo na porta do CAPS, e defende que os recursos públicos precisam ficar no público. Cláudio pede desculpas sobre o caso da usuária, porque houve a abertura de processo, mas que a pandemia e as dificuldades de conciliar o trabalho voluntário com o trabalho profissional prejudicaram o andamento do processo. E sobre os leitos, pontua que foi uma luta os trazer para o SUS, mesmo que em outra cidade e que o Plano Municipal de Saúde está aí exatamente para reacender essa questão. Mas é importante ver como está o financiamento destes leitos. E que a relação com a FHOMUV (Fundação Hospitalar do Município de Varginha) está boa e pode se tentar essa mudança. Iago agradece e observa que não é denunciismo sobre Alfenas; que há articulação de um coletivo regional de defesa de Saúde Mental, pública e antimanicomial. Cláudio agradece a participação e demonstra interesse em participar da articulação. Antes de seguir a pauta, Claudio abre espaço para a **Fala do usuário**: feita pela coordenadora Diocesana da Pastoral Carcerária - Jacqueline Paula. Ela informa que devido à pandemia não tem sido permitida a visita dos reeducandos por familiares há mais de um ano, o que também dificulta as famílias em saber da situação de saúde dos mesmos. Que existem presos em grupos de risco que poderiam ser vacinados se estivessem em situação de liberdade e há o risco de surto no presídio. Por isso, pergunta sobre a vacinação dessa população que, inclusive, teve recomendação por parte do CESMG para serem priorizadas. Cláudio solicita ao secretário de saúde, o médico infectologista Luiz Carlos, para que se manifeste sobre a questão. Ele parabeniza a fala de Iago e diz que, com 30 anos de SUS, fica feliz de ver a nova geração com ideias tão arrojadas. Pontua que prefere mesmo o CAPS III e que, como ele e Cláudio estão no conselho curador da FHOMUV, essa discussão dos leitos na cidade deve voltar a discussão. Sobre a vacinação dos reeducandos, comenta que trabalhou quatro anos no presídio de Três Corações e que atua voluntariamente em Varginha junto a essa população pela "Casa Amor e Vida". Comenta que a vacinação é muito regulamentada pela CIB (Comissão Intergestores Bipartite) e que a população carcerária é grupo prioritário, após as comorbidades. Diz que a imunização chegou ao grupo dos cinquenta anos entre as comorbidades e que a progressão tem sido rápida. Convida Jacqueline para visitar o setor de imunizações e saber como está funcionando a vacinação; que tem acolhido esse tipo de demanda e que tem encaminhado para o Estado, pois é o nível que pode organizar as prioridades. Comenta que é clara a situação insalubre do cenário carcerário. Que reuniu com Rodolfo Correa Bandeira (diretor adjunto do presídio), duas vezes, para verificar o procedimento operacional padrão para viabilizar a visita externa e evitar surtos. Entende o pleito e pede a Jacqueline para ir a SEMUS, que pode convidar o Rodolfo para isso. Informa que os policiais penais ainda estão sendo vacinados e apenas os profissionais de saúde que lá atendem o foram.

Os reeducandos de grupos de risco, em tese, estão em prisão domiciliar, mas seria importante levantar presos com comorbidades para verificar a estratificação para a futura vacinação. Jacqueline pergunta e Luiz Carlos menciona que é bem real a possibilidade da vacinação dos reeducandos ser feita no presídio, apesar de eles terem o procedimento de levar a população carcerária aos serviços, e exemplifica com a vacinação na FUAEE (Fundação Varginhense de Assistência aos Excepcionais), em que a equipe de imunização foi ao local. Jacqueline verificará com Rodolfo quem são as pessoas com comorbidades dentre os presos e que vai procurar a SEMUS. Cláudio pergunta sobre os Policiais Penais (agentes prisionais) - Luiz Carlos comenta que

a vacinação ainda não terminou, devido ao quantitativo diminuto de remessas de vacinas para o grupo dos profissionais de segurança. Cláudio diz que é uma boa ideia verificar quem são os presos que possuem comorbidades, porque, provavelmente, a estratificação desse grupo será necessária, como foi com os demais. Parabeniza o trabalho de Jaqueline e das pastorais. Após, segue a reunião. **3) Pauta administrativa: discussão e deliberação sobre a minuta encaminhada junto à convocação, referente à necessidade de um prazo de encaminhamento de matérias ao Colegiado Pleno, conforme aprovado na reunião anterior.** Cláudio comenta os prazos e se há algum questionamento. **Sem oposição, a resolução é colocada em votação, aprovada por unanimidade, ante o silêncio do Pleno.** Cláudio informa que a resolução deve ser encaminhada a todos os serviços, porque com a resolução, o Conselho poderá encaminhar eventuais descumprimentos aos órgãos de controle e estará mais confortável para rejeitar matérias que desrespeitem prazos. Antes de encerrar, Cláudio pede aos conselheiros para irem à sede do CMSV e assinar o livro de atas - obrigação que persiste e buscarem a camiseta comemorativa dos 30 anos do Conselho. **Sugere como pauta o RDQA do primeiro quadrimestre de 2021** (se for encaminhado) e pede atenção do secretário Luiz Carlos a este assunto; outro tema poderia ser **uma fala da ouvidoria do SUS**. A reunião foi encerrada às 20h47. O presidente Cláudio agradece a participação de todos e, na função, *pro tempore, ad hoc*, na função de secretário, lavrou esta ata que será assinada por todos, após lida e aprovada.